



TEJIENDO REDES: POLÍTICA DE JUSTIÇA DE GÊNERO

COM CARMEN MICHEL

Equipe Operacional InS

Outubro, 2024



Política de Justiça de Gênero com Carmen Michel

Carmen Michel é pastora na Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB). Trabalhou por nove anos na paróquia de São Leopoldo e também foi coordenadora de Educação Cristã. Atualmente, está na coordenação de “Gênero, Gerações e Etnias”, que faz parte da Secretaria de Ação Comunitária da IECLB, com sede em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul.

InS – Carmen, 2023 foi o ano em que se comemoraram os 10 anos de trabalho da Política de Justiça de Gênero dentro da Federação Luterana Mundial, estabelecendo-a como uma norma na comunhão das igrejas. Como tem sido, a partir da experiência da IECLB, a implementação da Justiça de Gênero?

Carmen – Então, na IECLB, a justiça de gênero foi assumida, eu acho que é importante dizer isso, como um compromisso com base no evangelho de Jesus Cristo, que visa à promoção e à defesa da vida digna e justa para todas as pessoas. Recentemente, a IECLB deu dois passos muito importantes para se movimentar nessa direção. O primeiro deles, em 2018, foi quando a IECLB incluiu o tema da justiça de gênero como prioridade no seu plano de ação missionária. O segundo passo importante, agora recente, foi a aprovação da sua Política de Justiça de Gênero, que aconteceu em 2022, durante o Concílio Geral da Igreja. E logo em seguida, então, a publicação e a distribuição dessa Política de Gênero para todos os âmbitos, todas as paróquias e lideranças das comunidades da IECLB.

Hoje nós estamos trabalhando em um plano para facilitar a implementação dessa Política de Justiça de Gênero no âmbito da igreja. E nós iniciamos com a publicação e a distribuição do documento, em 2022-2023, e também oferecendo oficinas e criando espaços de diálogo com ministros e ministras, com estudantes de teologia, com lideranças comunitárias, como uma estratégia para sensibilizar as pessoas para o tema da Justiça de Gênero. Embora a IECLB já há muito tempo se ocupa com ele, ainda existem muitas barreiras que precisam ser desconstruídas. Então, as oficinas e os espaços de diálogo querem justamente gerar essa abertura para o diálogo sobre o tema, desmistificar, desconstruir preconceitos para que o documento possa ser acolhido, para que ele possa ser lido e estudado.

Também estamos organizando um curso para preparar pessoas que façam o início desse processo de implementação da política de gênero nas suas comunidades. Com isso, a gente quer gerar práticas que possam ser sistematizadas e compartilhadas como ações motivadoras e encorajadoras para que outras comunidades também façam esse trabalho. E estamos revisando toda a

documentação normativa da IECLB para alinhar essa documentação com a Política de Justiça de Gênero.

Outra linha de ação que já deriva dessa política é todo um trabalho pensando na superação e na prevenção da violência doméstica e da violência contra a mulher. Nós formatamos um curso e preparamos 30 pessoas para que possam iniciar um projeto piloto nas suas comunidades de formar grupos de apoio a mulheres em situação de violência nas comunidades de fé.

Então, mais ou menos, esses são os passos mais recentes que temos dado para a implementação da política de gênero neste tempo.

InS – Qual é a importância da Política de Justiça de Gênero e do trabalho constante nas igrejas da região da América Latina e do Caribe? Quais são os desafios que as igrejas da nossa região estão enfrentando quando se fala em Política de Justiça de Gênero?

Carmen – A justiça de gênero é um tema de grande importância para as igrejas da América Latina, porque é um tema que está diretamente ligado aos valores do evangelho, como igualdade, dignidade e justiça para todas as pessoas. É um tema de alta importância. E o trabalho constante em prol da justiça de gênero é essencial para que as igrejas desempenhem o seu papel de promover a justiça, para que as igrejas possam, de fato, ser agentes de paz, de inclusão, de transformação social também dentro das suas comunidades.

Eu vou dar dois exemplos do quanto a justiça de gênero é tema relevante nas igrejas: o combate à violência de gênero, por exemplo. A violência contra mulheres e meninas é uma das principais manifestações de desigualdade de gênero na região. A igreja tem um papel fundamental no combate a essa violência, oferecendo apoio às mulheres, às meninas e às pessoas que sofrem esse tipo de violência, promovendo a conscientização de toda a comunidade para essa questão e denunciando as práticas abusivas. A justiça de gênero nas igrejas também inclui o compromisso de romper o silêncio em torno da violência de gênero e de outras formas de abuso que muitas vezes são ignoradas ou normalizadas dentro das comunidades religiosas. Então, quando a gente fala de justiça de gênero, é porque existe injustiça de gênero. E a igreja não pode se calar, porque no momento em que ela silencia diante das injustiças de gênero, ela se torna cúmplice e ajuda a perpetuar toda uma opressão, uma desigualdade e uma injustiça que está aí.

Um outro exemplo da importância da justiça de gênero para as igrejas é o empoderamento das mulheres ou a promoção da liderança de mulheres. É importante garantir que as mulheres tenham pleno acesso às posições de liderança, à tomada de decisão, que elas participem dos espaços de gestão de recursos, de decisões. Isso não apenas fortalece a igreja, enriquece com uma diversidade de dons, de jeito de pensar, mas também envia uma mensagem muito poderosa para a sociedade de que a igualdade de gênero é possível e é desejável. A liderança de mulheres dentro da igreja pode atuar também como um modelo para a inclusão de mulheres em outras esferas da sociedade. Então, eu acho extremamente relevante.

E se a gente pensar no machismo, que também impacta muito fortemente a vida das igrejas, eu acho que muitas igrejas são profundamente influenciadas por estruturas patriarcais, por uma cultura machista, fazendo com que as mulheres sejam muitas vezes desconsideradas, diminuídas, desqualificadas. Então, o trabalho pela justiça de gênero nas igrejas é uma forma de confrontar essas estruturas opressivas e práticas que perpetuam a subordinação das mulheres.

Eu diria que o questionamento de certas barreiras que foram historicamente erguidas para a participação das mulheres, seja no espaço familiar, na vida social, no espaço comunitário das nossas igrejas, é inevitável quando nós pensamos numa sociedade que seja mais democrática e numa igreja que seja mais inclusiva e menos desigual. Por isso, a perspectiva de justiça de gênero é tão importante para a edificação de comunidades mais participativas, mais justas e igualitárias. Nós não podemos deixar de falar, de promover e de trabalhar com a justiça de gênero.

InS – E agora vamos para a última pergunta. Hoje, quais estratégias ou ideias poderíamos considerar para abordar os desafios da justiça de gênero nas igrejas, tanto em nossas comunidades da região quanto no contexto global, Carmen?

Carmen – Eu acho que existem diversas estratégias que podem ser adotadas para a gente trabalhar com esse tema nas nossas igrejas, envolvendo tanto ações práticas quanto mudanças teológicas e culturais – que, eu acho que é o nosso maior desafio: pensar em uma leitura bíblica que seja mais contextualizada, mais “pé no chão”, que converse com o cotidiano e com o dia a dia da nossa vida. Mas eu quero compartilhar com vocês algumas estratégias que a Rede de Mulheres e Justiça de Gênero para América Latina e Caribe vai promover e articular, contribuindo para que as nossas igrejas sejam cada vez mais espaços onde os medos cedam lugar para a esperança e que as nossas igrejas sejam cada vez mais esse lugar onde o anúncio das Boas Novas, neste mundo tão carente de justiça, paz e amor, seja de fato uma realidade.

A Rede de Mulheres e Justiça de Gênero tem uma coisa fundamental que considera importante para a promoção da justiça de gênero, que é desenvolver um trabalho na área de comunicação e de articulação da rede. A gente precisa ter uma boa comunicação, a gente precisa se aproximar, se conhecer, partilhar mais das nossas experiências, das nossas realidades e contextos, porque justiça de gênero não se faz sozinha. Justiça de gênero é um processo coletivo e a gente precisa juntar forças, unir mãos para avançar nesse processo. Essa é uma questão de como a gente, enquanto igrejas da América Latina, podemos estar mais próximas e como podemos fortalecer nossa rede para atuar juntas naquilo que nos é comum.

E para isso, então, nós também estamos trabalhando como Rede de Mulheres e Justiça de Gênero com um enfoque na formação continuada. Essa é uma das prioridades apontadas pela pré-assembleia regional das mulheres na Colômbia que ocorreu lá no ano passado. E em resposta a essa resolução, a Rede pretende contribuir com duas ações bem concretas: a disponibilização de estudos bíblicos e de liturgias com foco na justiça de gênero. Nós vamos elaborar e compartilhar esses estudos mensais e liturgias para datas específicas e esses recursos vão subsidiar,

ou têm o objetivo de subsidiar a reflexão e o estudo bíblico nas comunidades luteranas a partir dos temas indicados nessa prioridade da justiça de gênero, que tem a ver também com os temas prioritários da nossa da nossa fé. A ideia é que, a cada mês, uma igreja assuma a elaboração de um desses estudos bíblicos ou de uma dessas liturgias, para ser compartilhado em toda a Rede com todos os contatos.

E a outra ação é a questão da prevenção e superação da violência contra a mulher nas comunidades luteranas. O objetivo é capacitar mulheres e homens, lideranças das igrejas luteranas da América Latina, para criar grupos de prevenção e de apoio às mulheres em situação de violência nas comunidades luteranas. A IECLB fez um curso em 2022-2023, e esse curso foi adaptado para o contexto geral das igrejas da América Latina e hoje está sendo desenvolvido. Nós temos 55 pessoas de diferentes igrejas da América Latina participando desse curso, que deve terminar em novembro.

Essas são ações que, como Rede, estamos realizando e consideramos um passo muito importante. A gente vê as experiências que estão dando certo e de que forma a gente pode compartilhar e somar esforços nessa caminhada da promoção da justiça de gênero.

InS – Muito obrigada, Carmen. E com isso terminamos nosso bate papo sobre Política de Justiça de Gênero, hoje com Carmen Michel. Desde o Instituto Sustentabilidade agradecemos imensamente sua contribuição.

Entrevista feita em setembro de 2024.



Instituto Sustentabilidade América Latina y el Caribe
Faculdades EST
Rua Martin Lutero, 204
São Leopoldo, Rio Grande do Sul, Brasil
sustentabilidade.est.edu.br
ins@est.edu.br